Lula vira o resultado do primeiro turno e é reeleito

Redução da abstenção de votos levou mais de 4,8 milhões de novos eleitores às urnas

Por **Rudolfo Lago e Gabriela Gallo**

Por volta das 20h30 deste domingo (25), o resultado das eleições presidenciais virou. Até então, o senador Flávio Bolsonaro (RJ), candidato do PL à Presidência, vinha liderando conforme os resultados que eram divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Flávio tinha inicialmente uma vantagem mais confortável, que foi caindo por volta das 19h. Até se dar a virada, quando Luiz Inácio Lula da Silva (PT) apareceu na contagem do TSE, com 50,03% contra 49,9% de Flávio. Tinham sido apuradas 48% das urnas.

Depois disso, a diferença foi se ampliando. Lula terminou o segundo turno com 51,79% dos votos válidos. No total, 64,2 milhões de votos que reelegeram Lula para seu quarto mandato presidencial, algo inédito na história democrática brasileira. Flávio obteve 48,21%. Ou 58,9 milhões de votos. A vantagem de Lula sobre Flávio foi de 3,58 pontos (ou uma diferença de 4,4 milhões de votos). No primeiro turno, Flávio saiu à frente de Lula com 1,8 ponto de vantagem.

PAULO PINTO/AGÊNCIA BRASIL

Lula comemora a vitória na Avenida Paulista, em São Paulo

JOÉDSON ALVES/AGÊNCIA BRASIL

Flávio liderou as eleições até as 20h30

PROJEÇÕES

Na verdade, aconteceram duas viradas ao longo do segundo turno. Lula começou a eleição na frente de Flávio. O primeiro boletim divulgado pelo TSE, com somente 0,25% das urnas apuradas, dava Lula com 57,66% dos votos válidos contra 42,34% de Flávio. Era, porém, uma situação atípica. Houve logo depois a confusão da prorrogação da votação até as 19h, e a contagem dos votos acabou suspensa. Quando ela retornou, com 1,79% das urnas apuradas, Lula ainda liderava, com 52,11% contra 47,89% para Flávio.

Era uma situação diferente do primeiro turno, quando Flávio liderou durante todo o tempo. De maneira mais ampliada no começo, com Lula se aproximando no final. Isso, porém, não autorizava ser um indicador de uma virada de Lula. Porque a interrupção da contagem e a prorrogação mudou a evolução da contagem. Ao contrário do primeiro turno, quando os primeiros votos saíram do Sul e Sudeste (o que é o caminho normal). A confusão produzida pela prorrogação fez com que os votos da região Sudeste se atrasassem. Flávio podia virar a vantagem de Lula. Como, de fato, virou em determinado momento.

Um dado, porém, começou a chamar a atenção. Mesmo quando Flávio estava na frente, sua vantagem, em comparação com o mesmo momento no primeiro turno, era menor. Às 20h12 do primeiro turno, por exemplo, Flávio tinha 55% dos votos válidos. No segundo turno, no mesmo horário, tinha 50,30%. Em vários estados, Lula também aparecia com mais votos que no segundo turno.

A situação fez com que institutos de pesquisas começassem a fazer projeções de vitória de Lula. O Datafolha fez essa projeção de vitória às 20h59.

MAIS VOTOS

Parte da explicação pela virada deve ser reputada à redução da alienação de votos (a soma de abstenções, votos nulos e em branco). Neste segundo turno, 4,8 milhões de eleitores que tinham se abstido de votar compareceram às sessões. Segundo o TSE, o total de eleitores que votaram no segundo turno foram mais de 128 milhões.

No total, a abstenção entre o primeiro e o segundo turnos caiu 1,9 ponto.

MINAS GERAIS

Diante dessa redução da abstenção dos votos, o cientista político na BMJ Consultoria Ariel Calmon destacou a virada de votos para Lula em Minas Gerais (em que Lula teve uma vitória demasiadamente acirrada, com 50,43% dos votos e Flávio teve 49,57% dos votos) e a redução da "distância" de seus votos em comparação a Flávio em São Paulo (no primeiro turno, Lula teve apenas 38,20% dos votos e no segundo turno os votos subiram para 46,15%).

"Os votos dos candidatos que ficaram pelo caminho também não migraram todos para Flávio, já que boa parte dos eleitores de Augusto Cury [Avante], por exemplo, preferiram Lula", destacou o cientista político em entrevista ao Correio da Manhã.

Calmon, contudo, ressaltou que a virada desde o começo já era possível devido a diferença de votos entre candidatos no primeiro turno. "A diferença no primeiro turno já era pequena, menos de dois pontos, e numa eleição tão dividida qualquer mudança no comparecimento pesa bastante", ele afirmou. Vale destacar que neste segundo turno Lula teve 4,4 milhões de votos a mais que Flávio, o equivalente a 3,58% dos votos.

"Além disso, o governo lançou várias medidas econômicas e sociais entre os dois turnos. O eleitor costuma recompensar melhorias que sente no próprio bolso, e as pesquisas indicaram que a boa avaliação do governo subiu nos dias anteriores à eleição. Além disso, muitos eleitores votam para impedir a vitória de quem rejeita, e num segundo turno polarizado isso conta muito", ponderou Ariel.

PRÓXIMOS PASSOS

Ainda que Lula tenha ganhado a corrida eleitoral para a presidência da República, isso não quer dizer que ele e seus aliados terão plena folga para aprovarem seus projetos. Vale destacar que no primeiro turno foram eleitos parlamentares no Congresso Nacional majoritariamente de oposição ao governo que se reelegeu, especialmente no Senado Federal.

Diante disso, Ariel Calmon avaliou que, para os próximos passos e o próximo mandato "o governo vai ter que negociar bem mais do que no terceiro mandato, que já não foi fácil". "O PL terá 121 deputados e 28 senadores, a direita soma pelo menos 50 das 81 cadeiras do Senado, e esse mesmo Congresso já derrubou mais da metade dos vetos de Lula na última legislatura. O presidente precisa formar maioria com vários partidos, e Lula vai depender ainda mais do centro, que deve cobrar mais caro pelo apoio", disse o cientista político.

O especialista ainda destacou que o Senado Federal é a Casa do Poder Legislativo em que o governo "fica mais exposto", justamente porque é onde passam as indicações ao Supremo Tribunal Federal (STF) e às agências reguladoras.

Questionado pela reportagem sobre o risco de um eventual pedido de impeachment contra o presidente eleito, Calmon avaliou que as chances são baixas neste momento, contudo, "a direita vai usar como ponto de tensão". "A direita não tem sozinha os 54 votos necessários no Senado e um impeachment costuma acontecer quando escândalo, impopularidade com protestos nas ruas e perda de apoio no Congresso aparecem juntos, o que não é o caso hoje. Os pedidos de impeachment devem servir mais para pressionar o governo nas negociações do que para derrubá-lo", ele avaliou.